

## **EUROPA, EUROPAS: PARA ONDE VAI A UNIÃO EUROPEIA?**

*Cairo Junqueira*

O início do título acima remete-se à obra de Estevão Rezende Martins (2012), autor que coloca o termo em plural para referenciar a multiplicidade e a infinidade de movimentos, atores e mudanças apresentadas no território europeu. Já nos meandros e no limiar do século XIX a Europa despontava como nascedouro da industrialização e desenvolvimento do sistema capitalista, os quais acompanharam seus nacionalismos. A “questão nacional” converteu-se em algo importante para a política interna de quase todos os países europeus, logo a autodeterminação política e o controle do Estado como o mais alto instrumento de poder (HOBSBAWM, 2013) tornaram-se marcas indelévels da região.

Se no início os movimentos nacionalistas serviram como princípio de união, no período entre guerras (1919-1939) essa vertente mudou e foi marca característica de regimes totalitários como o Nazismo e o Fascismo. A primeira metade do século XX na “Europa, Europas” é mais do que bem conhecida: existência de duas grandes guerras mundiais em meio a tentativas falhas de apaziguamento, a exemplo da criação da Liga das Nações e do Tratado de Versalhes (1919).

Assim, a integração regional apareceu logo após 1945 como uma alternativa viável para se gerar e manter a paz no continente. Agora, em 2017, completaram-se sessenta anos da assinatura do Tratado de Roma (1957), considerado por muitos como o “embrião” da União Europeia, pois à época Alemanha Ocidental, Itália, França, Países Baixos, Luxemburgo e Bélgica uniram esforços para criação da Comunidade Econômica Europeia e da Comunidade Europeia de Energia Atômica (Euratom), levando traços de uma integração mais contundente aos países e, ao mesmo tempo, anulando quaisquer possibilidade de guerras entre os mesmos, período conhecido como o começo da Pax Europeana.

Desde então a “Europa, Europas” seguiu um caminho árduo, mas de bastante desenvolvimento em termos de regionalismo. Em 1992 o Tratado de Maastricht, também conhecido como Tratado da União Europeia (TUE), veio para coroar os rumos da integração. Ele

[...] estabelece[u] as bases para uma política externa e de segurança comum, uma cooperação mais estreita nos domínios da justiça e dos assuntos internos e a criação de uma união económica e monetária, incluindo uma moeda única. A conjugação da cooperação intergovernamental nestes domínios com o sistema comunitário existente dá origem à União Europeia (FONTAINE, 2003, p. 60).

Modificou a agenda, caminhou com os alargamentos do bloco e trouxe um senso de maior comprometimento por parte dos países para estimular maior diálogo e cooperação. O TUE foi o último marco normativo e jurídico de peso para a União Europeia, sendo o tratado formador do bloco conforme o conhecemos hoje, no século XXI. Ele fez, inclusive, com que o bloco regional fosse tomado como exemplo, sendo considerado “[...] a tentativa mais significativa e transcendente em matéria de regionalismo” (MALAMUD; SCHMITTER, 2006, p. 03) no mundo.

De fato, a integração regional europeia, quando não considerada um modelo, representa ao menos uma iniciativa a ser considerada, mesmo com ressalvas, alhures e em outros aparatos de integração, como ocorreu com o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Africana. Entretanto, até que ponto a União Europeia pode ser considerada um “padrão a ser seguido”? Já há alguns anos pesquisas da área respondem essa pergunta de maneira crítica e negativa. E nos últimos anos isso tem sido cada vez mais debatido, porque o bloco regional tem passado por certos momentos de crise. Claramente os movimentos de ceticismo para com a União Europeia não se restringem ao nível regional e perpassa crises globais, além de ser uma crise econômica e política reflexo de intempéries no interior dos Estados nacionais (LEHMAN, 2015) e, portanto, dos diferentes nacionalismos. Assim, para onde vai a União Europeia? Essa pergunta advém de fenômenos e acontecimentos recentes que vão de encontro com os anos pretéritos da integração europeia, aos quais o presente texto volta seus olhos agora.

O primeiro aspecto que devemos destacar é a reconhecida crise do Euro e/ou crise financeira europeia. Como reflexo da famosa “Crise de 2008” de proporções internacionais, a União Europeia passou pelo seu maior período de recessão nos últimos setenta anos.

Notadamente cinco países – Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha – ficaram conhecidos pelo acrônimo “PIIGS”, em virtude dos seus altíssimos déficits financeiros ocorridos quando tais governos tiveram maiores gastos do que arrecadações. Os débitos governamentais grego, italiano, português e irlandês chegaram à faixa de 150, 126, 117 e 111% de seus produtos internos brutos. Conforme aponta Mark Esposito (2014), em 2014 o desemprego chegou na casa dos 25% na Grécia e na Espanha, enquanto que no bloco regional a grande faixa de desempregados concentrava-se na população jovem entre 15 e 24 anos, tornando-se um problema presente e futuro.

Ainda relacionado à crise financeira e indo além dos índices alarmantes de desemprego, o segundo maior problema gerado como consequência desse processo foi o aumento das chamadas “políticas de austeridade”. A ótica aqui é relativamente simples: a partir do momento em que a dívida e os déficits públicos de alguns países começaram a aumentar, outros países da Zona do Euro iniciaram políticas fiscais mais rigorosas justamente para frear o endividamento. Em países como os PIIGS, especialmente o caso grego, isso significou aumento dos juros e redução dos gastos com políticas públicas (ALEXEENKO, 2013). Quem mais sofreu as consequências foi a própria população desses países, daí a relação direta envolvendo o desemprego e a austeridade.

Em termos gerais e além dos problemas citados, a crise financeira colocou reticências quanto ao futuro da União Europeia e do Euro. Essas reviravoltas serviram para questionar os rumos da integração, além de evidenciar a existência de duas óticas regionais, as quais Anthony Giddens (2014, p. 23) denominou de UE1 (Europa de papel) e UE2 (Europa empírica). A Europa estava dominada pela UE2, havendo uma “[...] ‘presidente’ informal da Europa, Angela Merkel.”

Relacionado ao problema econômico encontra-se o que Philippe Schmitter (2013) denominou de crise da democracia europeia. Na União Europeia:

Seus cidadãos começam a questionar as mesmas normas, instituições e práticas que novos movimentos democráticos procuravam imitar, e tendem a apontar deficiências e considerá-las defeituosas. A lista de mórbidos sintomas é bem conhecida (se não bem compreendida): **os cidadãos tem se tornado mais propensos a se absterem das votações; mais resistentes a se unir ou se identificar com partidos, sindicatos ou associações profissionais; menos confiantes nos oficiais eleitos ou**

**políticos em geral; e muito menos satisfeitos com a forma pela qual tem sido governados e com os benefícios que tem recebido das agências públicas.** (SCHMITTER, 2013, p. 43, grifo nosso).

Temos, aqui, um terceiro aspecto da atual “Europa, Europas”, qual seja a crítica em relação ao pertencimento à União Europeia em meio às apreciações advindas de suas instituições, normas e valores, fenômeno que gerou a existência dos chamados “eurocéticos”, ou seja, grupos que questionam e, em muitos casos, são contrários e descrentes à permanência e ao aprofundamento da integração econômica, política e social. Ainda em 2014 isso foi muito visível nas eleições para eurodeputados do Parlamento Europeu, pois os céticos conquistaram mais de cem assentos no órgão. Na ocasião, a francesa Marine Le Pen disse o seguinte: “Os eleitores não aceitam mais ser dirigidos do estrangeiro, nem submeter-se a leis que não votaram, ou obedecer a comissários que não estão subordinados à legitimidade do sufrágio universal” (EURONEWS, 2014).

Le Pen disputou as eleições presidenciais francesas com Emmanuel Macron, tendo este saído como vencedor em maio de 2017. Além de conseguir cargo de deputada, ela carrega a bandeira de que maiores níveis de integração não são necessários aos países membros do bloco e representa uma via política de extrema-direita na França, tendo viés notadamente nacionalista e, para muitos, até mesmo xenofóbico, carregando o slogan “Não a Bruxelas, sim à França”. Tanto ideologias conservadoras quanto liberais são abrangidas pelo Euroceticismo, defendendo o discurso por maior nacionalismo, menos austeridade e/ou combate a políticas migratórias dentro e fora da União Europeia.

Além do caso francês, as recentes eleições parlamentares na Alemanha também refletem essa questão abordada. Angela Merkel assumiu seu quarto mandato no cargo desde 2005, o que não se apresentou como novidade, mas o partido “Alternativa para a Alemanha” (AfD) de extrema-direita conseguiu 13% dos votos e pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial terá representação direta no Parlamento Alemão. O AfD segue certas diretrizes nacionalistas tendo seu líder máximo, Alexander Gauland, afirmado ter como objetivo “devolver a Alemanha para os alemães”, ou seja, sendo uma voz extremamente anti-imigração.

Esse aumento dos movimentos nacionalistas com caráter anti-integração tangencia um quarto aspecto imperativo para ser abordado: a crise dos refugiados. Segundo informações da Comissão Europeia, entre 2014 e 2016 o continente recebeu o maior contingente

populacional de deslocados desde o início da integração na década de 1950 (COMISSÃO EUROPEIA, 2016). Os refugiados e imigrantes ilegais provêm, em sua grande maioria, do norte da África e do Oriente Médio, mormente em virtude da Guerra na Síria. Embora os países que mais recebem deslocados não se encontrem na Europa e sejam Turquia, Paquistão, Líbano, Irã, Etiópia e Jordânia (CHACRA, 2017), no continente há muita entrada em países como Alemanha, Grécia, Bulgária, Hungria e Áustria.

Sobre essa problemática, Philip Martin (2016) atesta que a crise migratória europeia é de grande escala e a própria União, e em particular a Alemanha, possuem um grande desafio pela frente para coordenar políticas de recepção aos imigrantes, reformar as instituições e, ao mesmo tempo, integrá-los à sociedade. Afinal, uma marca dos fluxos populacionais que chegam ao continente deve ser enfatizada aqui: eles vêm muitas vezes em embarcações extremamente precárias à “Europa, Europa” com caráter permanente, de residência e não provisório. De tal sorte, coloca-se reticências ao Acordo Schengen assinado em 1985 – responsável pela livre circulação de pessoas entre os países – e tornou-se necessário reformular a Convenção de Dublin iniciada em 1990 para o controle e a recepção de refugiados, fazendo dessa questão um dos maiores desafios da integração no ano de 2017.

Em definitivo, o presente ano também norteou outros movimentos importantes que não devem ser deixados sem menção e fazem jus a duas questões opostas: a entrada da Turquia na União Europeia em meio à saída do Reino Unido, o BREXIT. A querela em torno da questão turca remonta a décadas atrás, pois ainda em 1959 o país pediu formalmente a entrada na Comunidade Econômica Europeia (SANDRIN, 2015) e isso perpassou as políticas governamentais vindouras, mas cada vez mais, pelo menos no médio prazo, sua inclusão no bloco torna-se improvável. Isso se deve porque lideranças europeias apontam que a Turquia não representa uma democracia plena na atualidade, fato impossibilitador de sua participação, além de ser um país com maioria islâmica geopoliticamente vizinho à Síria, Irã e Iraque. Dito de outro modo, a entrada da Turquia no bloco faria com que a União Europeia tivesse uma fronteira terrestre direta com o Oriente Médio.

No caso do BREXIT, o processo de saída do Reino Unido do bloco tornou-se o emblema do primeiro movimento de rompimento do alargamento da integração europeia. Historicamente o país já lutava por uma integração mais branda, notadamente comercial, sem profundidades políticas e sociais, inclusive sendo tomada como ideais por políticos

contrários à integração, como é o caso de Nigel Farage, líder do Partido de Independência do Reino Unido com caráter conservador e eurocético. Todavia, antes do dia 23 de junho de 2016, data do referendo, muitas vozes se pronunciavam contra a saída ressoando palavras dos anos de início da integração europeia:

É demais esperar que um continente que tem conseguido desde 1945 – depois de duas guerras horríveis – transformar inimigos em vizinhos e vizinhos desconfiados em parceiros ser uma força confiável para paz no tumulto do século XXI, um bastião da liberdade e da democracia, um promotor da comunicação frutífera com outras regiões influentes? Isso não seria uma conquista se nós, cidadãos da Europa, cada um com suas próprias experiências e valores, trabalhássemos juntos para tornar isso possível? (STRASSER, 2016, p. 51-52, tradução nossa)

Em tempos de idas e vindas na integração, é mais do que esperado retomar discursos com palavras célebres de cooperação e compartilhamento. Todavia, não é isso que a União Europeia vem mostrando na segunda década de 2010. É uma iniciativa com inúmeros acertos, mas também com inúmeros erros, o que é plausível em quaisquer processos de integração regional. Como a própria palavra denota, ser um “processo” é caminhar com linhas tortas e não retas. A marca atual não é essa argumentada por Johano Strasser (2016) no sentido da integração ser benéfica para todos e todas. Às vezes determinados grupos sociais e de interesse não se sentem pertencentes a um local, a uma região ou até mesmo a um país – vide o exemplo do separatismo da Catalunha que alcançou uma marca histórica em 2017 – e, evidentemente, a um bloco regional. Retomando o título do presente texto, temos várias “Europa, Europas” e a União Europeia tem que ser capaz de angariar recursos para integrar o máximo dessa pluralidade, indo além dos seus nacionalismos. Para reestabelecer os ideais integracionistas do Tratado de Roma (1957), o caminho a ser seguido, mesmo sendo árduo, é se reformular aos novos tempos em que a inclusão não basta ser um discurso, mas sim uma política aplicada que impacte não somente o bon vivant alemão, como também o jovem desempregado espanhol ou grego.

**Cairo Junqueira**

Doutorando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e Professor de Relações Internacionais na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP).

## REFERÊNCIAS

ALEXEENKO, Galina. Dívida Soberana: duas perspectivas. *EconSouth – Federal Reserve Bank of Atlanta*, v. 15, n. 3, ¾ 2013. Disponível em: <<https://www.frbatlanta.org/-/media/documents/regional-economy/econsouth/13q3sovereigndebtportuguese.pdf>> Acesso em 16 out. 2017.

CHACRA, Gustavo. Quais países recebem mais refugiados no mundo? *Estadão Internacional – Blog Guga Chacra “De Beirute a Nova York”*, 01 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/gustavo-chacra/quais-paises-recebem-mais-refugiados-no-mundo/>> Acesso em 16 out. 2017.

COMISSÃO EUROPEIA. A UE e a Crise dos Refugiados, julho de 2016. Disponível em: <<http://publications.europa.eu/webpub/com/factsheets/refugee-crisis/pt/>> Acesso em 16 out. 2017.

ESPOSITO, Mark. *The European Financial Crisis. Analysis and a Novel Intervention*. Harvard University, 2014. Disponível em: <<https://scholar.harvard.edu/files/markesposito/files/eurocrisis.pdf>> Acesso em 16 out. 2017.

EURONEWS. Ascensão dos eurocéticos no Parlamento Europeu. Notícia publicada em 26 de maio de 2014. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2014/05/26/ascensao-dos-euroceticos-no-parlamento-europeu>> Acesso em 16 out. 2017.

FONTAINE, Pascal. *A Europa em 12 lições*. Série Documentação Europeia, Comissão Europeia, Bélgica, 2003.

GIDDENS, Anthony. *Continente turbulento e poderoso: qual o futuro da Europa?* São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 6ª Ed. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

LEHMAN, Kai. Os “fatos” contra o “coração”: crise, euroceticismo e a dificuldade de mudar padrões. *A União Europeia alargada em tempos de novos desafios*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2015, p. 31-44.

MALAMUD, Andrés; SCHMITTER, Philippe. *La Experiencia de Integración Europea y el Potencial de Integración del Mercosur*. *Desarrollo Económico*, v. 46, n. 181 (Apr-Jun), 2006, pp. 03-31.

MARTIN, Philip. Europe's Migration Crisis. ARE Update 19(3):9-11. University of California Giannini Foundation of Agricultural Economics. Disponível em: <[http://giannini.ucop.edu/media/are-update/files/articles/V19N3\\_3.pdf](http://giannini.ucop.edu/media/are-update/files/articles/V19N3_3.pdf)> Acesso em 16 out. 2017.

MARTINS, Estevão de Rezende. Parcerias Almejadas. Política Externa, segurança, defesa e história na Europa. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Fino Traço, 2012.

SANDRIN, Paula. Turquia e União Europeia: explicando uma relação resiliente. A União Europeia alargada em tempos de novos desafios. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2015, p. 97-108.

SCHMITTER, Philippe. As três crises: o euro, a União Europeia e a democracia na Europa. Cadernos Adenauer XIV, n. 1. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, abril de 2013, pp. 41-46.

STRASSER, Johano. The other european. BREXIT: The politics of a Bad Idea, Friedrich Ebert Stiftung e Social Europe Publishing, Tradução de Meredith Dale, 2016, pp. 48-52.